

Prefácio

In: Milando, João

Cooperacao sem Desenvolvimento

Ulrich Schiefer

Lisbon

2005

Please quote as:

Schiefer, Ulrich (2005) **Prefácio** in: Milando, João (2005) **Cooperação sem Desenvolvimento**, ICS, Lisbon, p 13-17.

Contact: schiefer@iscte.pt

João Milando
**Cooperação
sem
Desenvolvimento**



Estudos e Investigações 

ICS

Índice

Agradecimentos.....	11	Desenvolvimento institucional.....	110
Prefácio.....	13	Ajustamento estrutural.....	112
Introdução.....	17	Economia de mercado.....	117
Capítulo I		Democracia multipartidária.....	119
O desenvolvimento institucionalizado.....	31	«Boa governação».....	123
Problemas conceptuais.....	31	Convenção de Lomé.....	126
Problemas operacionais.....	40	Operacionais da indução estratégica: a dissonância.....	127
O desenvolvimento participativo.....	44	Indução apriorística/transcendental do desenvolvimento.....	134
Pobreza e <i>disempowerment</i>	50	«Os de fora» do complexo desenvolvimentista.....	139
Actores e autores do desenvolvimento.....	54	Quadro-síntese dos «operadores de desenvolvimento», suas representações e práticas sociais.....	144
Operadores de desenvolvimento.....	54	Conclusão.....	149
Grupos comunitários.....	61	Bibliografia.....	153
As elites africanas.....	62		
Capítulo II			
Adversidades do desenvolvimento institucionalizado.....	65		
Contexto institucional e organizacional.....	65		
Adversidades do <i>empowerment</i>	71		
Superação das adversidades do <i>empowerment</i>	81		
Capítulo III			
O desenvolvimento institucionalizado em África: «operadores», inte- resses, estratégias e resultados.....	89		
Impossibilidade do desenvolvimento.....	93		
Indução problemática do desenvolvimento.....	99		
Indução estratégica do desenvolvimento: a inconsequência.....	105		

Prefácio

Hoje em dia todo o mundo sabe que as pessoas «têm complexos». Mas o que não é bem conhecido, embora teoricamente seja de maior importância, é que os complexos podem «ter-nos».

C. G. JUNG

Quando o evidente é negado, sugere-se que as causas de tal negação sejam investigadas. O paradigma do desenvolvimento está, pelo menos para a maioria das sociedades da África Subsariana, ultrapassado. Os países africanos não são países em vias de desenvolvimento – antes pelo contrário.

As causas da negação desta realidade têm várias dimensões: emocionais, que resultam da identificação dos actores com a boa causa; teóricas, que resultam de um consenso das ciências de desenvolvimento; ideológicas, que resultam da produção científica ou quase-científica que justifica as acções do complexo desenvolvimentista perante os seus actores e o público (contribuinte) em geral; e materiais, que resultam do facto de muitas pessoas terem interesses materiais ligados ao complexo desenvolvimentista. Compreende-se, portanto, que muitos defendam o paradigma de desenvolvimento como se da própria existência se tratasse – o que muitas vezes parece ser o caso.

Mas vamos começar pelo princípio, com uma pergunta. É possível desenvolver sociedades? Ou, mais especificamente: é possível induzir desenvolvimento em sociedades? A filosofia ocidental construiu, desde muito cedo, uma distância entre sujeito e objecto. A acção pressupõe uma instância externa – a vontade – que, equipada com energia e conhecimento, produz efeitos sobre um objecto. Assim, o actor aparece como uma instância externa ao processo de mudança do objecto. Orienta-se no paradigma para poder realizar a sua

forma e força (*idea kai dynamis*) na obra. Com base neste pressuposto, as teorias que pretendem orientar intervenções em sociedades, por exemplo a ciência militar, a sociologia de desenvolvimento e outras, conseguem pensar estratégias e operações dirigidas a sociedades que pretendem mudar a partir de uma posição externa. (Não é aqui o lugar para demonstrar como as ciências de desenvolvimento são influenciadas pelas ciências militares: faço isto noutra sítio; os resultados são surpreendentes.)

Alguns pensadores chegaram à conclusão que não é possível induzir externamente desenvolvimento em sociedades. Os defensores do complexo desenvolvimento, quando confrontados com casos onde é evidente que não se conseguiu – como por exemplo na África Subsariana nas últimas três décadas –, andam à procura de culpados, normalmente os que defendem abordagens diferentes das suas.

No coro das lamúrias gerais que acompanham a ausência continuada do desenvolvimento, apesar dos esforços despendidos, aparecem com uma voz cada vez mais insistente as chamadas elites dos países «destinatários». Neste coro nunca falta a queixa sobre a insuficiência dos recursos disponíveis e disponibilizados. Também há actores que remetem o desenvolvimento externamente induzido, mas por isso não menos inevitável, para um futuro (muito) distante. Diz-nos Jung: «A existência dos complexos põe seriamente em dúvida o postulado ingénuo da unidade da consciência que é identificada com a 'psique', e o da supremacia da vontade. Toda constelação de complexos implica um estado perturbado de consciência. Rompe-se a unidade da consciência e se dificultam mais ou menos as intenções da vontade, quando não se tornam de todo impossíveis. A própria memória, como vimos, é muitas vezes profundamente afetada.»

Para o crítico desta tragédia não há certeza, portanto, de que a cooperação para o desenvolvimento possa produzir desenvolvimento. O certo é que, em certas áreas do mundo, a cooperação para o desenvolvimento não conseguiu produzir desenvolvimento. Nestes casos tenta-se, e com um certo sucesso, produzir pelo menos a aparência de desenvolvimento e, onde até estes esforços fracassam, recorre-se à ficção (mais ou menos) científica.

Entretanto, a cooperação para o desenvolvimento continua – mesmo sem desenvolvimento. Para compreender este fenómeno temos que abrir a perspectiva, temos que olhar para o processo do desenvolvimento induzido não na perspectiva das organizações que o geram, mas para um processo de cooperação para o desenvolvimento do qual fazem parte os cooperadores e não somente os objectos pretendidos do esforço de desenvolvimento. O complexo desenvolvimento, o conjunto das organizações que fazem parte da economia dissipativa – estruturas dissipativas que dependem para a sua existência e o

seu crescimento da mobilização de recursos externos –, é composto por sistemas autopoieticos, sistemas que criam a sua própria realidade.

Este complexo necessita para o seu funcionamento de uma interface nos países «receptores» – muitas vezes produzida pelas elites locais no poder. Onde isto não é possível, devido à falta de funcionamento dos aparelhos governativos e administrativos, o próprio complexo simula esta interface, ou colocando agentes cooperantes nos aparelhos locais, ou através da criação de organizações próprias para o efeito. Uma boa parte das chamadas organizações da sociedade civil nasceu desta forma. Perante o fracasso das tentativas de induzir o desenvolvimento nos países africanos, as organizações que fazem parte do complexo seguem estratégias variadas: negam o insucesso, lançam novas abordagens (participação, *empowerment*, cooperação Sul-Sul, etc.) e preparam uma *fallback position* para uma estratégia alternativa, a ajuda humanitária.

Um olhar mais profundo remete-nos para as questões mais relevantes neste contexto: o posicionamento das organizações perante os seus próprios interesses no processo do desenvolvimento induzido. Nem estes interesses, nem as próprias organizações, parecem existir. Ou falando com Jung: «Dai se deduz que o complexo é um fator psíquico que, em termos de energia, possui um valor que supera, as vezes, o de nossas intenções conscientes; do contrário, tais rupturas da ordem consciente não seriam de todo possíveis. De fato, um complexo ativo nos coloca por algum tempo num estado de não-liberdade, de pensamentos obsessivos e ações compulsivas para os quais, sob certas circunstâncias, o conceito jurídico de imputabilidade limitado seria o único válido.» Como facilmente se pode demonstrar na metodologia do projecto (que ainda é um dos principais veículos do desenvolvimento induzido), o processo macro do complexo desenvolvimento repete-se ao nível operacional: a atenção está exclusivamente no grupo-alvo, na população-alvo, nos *stakeholders* e seus postos beneficiários da intervenção. Os beneficiários reais do processo conseguem, na maioria dos casos, ficar na sombra.

O focus exclusivo na população-alvo implica, pelo menos na abordagem participativa, a responsabilização destas populações no seu próprio processo de desenvolvimento. Também permite uma saída fácil às agências de desenvolvimento: a responsabilidade pelo fracasso deste também pode ser atribuída às populações e aos países «receptores». Deste modo, as agências podem escapular-se de duas perguntas de contingência: poderiam as populações (não as elites) africanas estar pior se não tivessem havido cooperação para o desenvolvimento nas últimas três décadas? De que forma contribuiu a cooperação para o desenvolvimento para o colapso de sociedades africanas e a crescente miséria das suas populações?

O presente estudo tem uma abordagem dupla: por um lado, aponta o farol de investigação para o complexo desenvolvimentista e ilumina uma zona de

actuação que até agora conseguiu ficar mais ou menos fora da luz e, por outro, produz um quadro teórico que permite analisar tanto os teóricos como os operacionais deste complexo. Deste modo consegue pôr em perspectiva o paradigma do desenvolvimento. Isto abre caminho para uma melhor compreensão dos processos de mudança que assolam as sociedades africanas sem as palas paradigmáticas do desenvolvimento. Também permite uma análise mais profunda sobre as elites do poder nos países africanos que, mesmo que não produzam desenvolvimento, pelo menos participam activamente na cooperação.

O estudo nunca perde a perspectiva analítica e científica – nunca recorre à denúncia ou à polémica que normalmente escondem falta de clareza na argumentação. Esperemos que o debate que este livro vai provocar mantenha o mesmo nível.

Ytre Bu
Agosto de 2004
Ulrich Schiefer